

Orientações para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas

EDITORA



Sonia Carvalho Leme Moura Vêras

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Reitora

Veruska Ribeiro Machado

Pró-Reitora de Ensino

Rosa Amélia Pereira da Silva

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Diene Ellen Tavares Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Simone Braz Ferreira Gontijo

Pró-Reitora de Administração

Cláudia Sabino Fernandes

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

José Anderson de Freitas Silva

Coordenação de Publicações

Daniele dos Santos Rosa

Produção Executiva

Jefferson Sampaio de Moura

Projeto gráfico, diagramação e capa

Lucivam Queiroz

Revisão Textual

Natália Ribeiro Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

V476o

Véras, Sonia Carvalho Leme Moura

Orientações para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas
[recurso eletrônico] / Sonia Carvalho Leme Moura Véras. - 2023.

Brasília : Editora IFB, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo).

56 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia: p. 51-56.

Modo de acesso: World Wide Web. Arquivo de texto em formato PDF.

ISBN 9786560740020.

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão escolar. 3. Práticas educativas. 4. Currículo - inclusão. 5. Tecnologia assistiva. 6. Deficiência visual - educação. 7. Deficiência auditiva - educação. 8. Distúrbio do Processamento Auditivo Central - educação. 9. Déficit de atenção - educação. 10. Autismo - educação. 11. Asperger - educação. 12. Lesão cerebral - educação. 13. Dificuldades de aprendizagem - educação. I. Título. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

CDU: 376

Elaborada pela bibliotecária: Lara Batista Carneiro Botelho CRB1-2434

EDITORA



REITORIA - Setor de Autarquias Sul

Qd 2, Bloco E - Edifício Siderbrás

CEP 70.070-020 | Asa Sul - Brasília/DF

www.ifb.edu.br

+55 (61) 2103-2110

editora@ifb.edu.br

© 2023 – Editora IFB

A exatidão das informações, as opiniões e os conceitos emitidos nos capítulos são de exclusiva responsabilidade dos autores.



Todos os direitos desta edição
são reservados à Editora IFB.

É permitida a publicação parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. É proibida a venda desta publicação.

Orientações para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas

Sonia Carvalho Leme Moura Vêras

sonia.veras@ifb.edu.br

À comunidade acadêmica do IFB
para melhor atender alunos
com necessidades específicas.

Agradecemos à comunidade de
pessoas com necessidades específicas
que nos inspira para tornar a inclusão
uma realidade possível.

“A inclusão acontece quando
se aprende com as diferenças e
não com as igualdades”.

Paulo Freire

Listas de abreviaturas, siglas e símbolos

DV Deficiente visual

DA Deficiente auditivo

TDAH Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade

TEA Transtorno do Espectro Autista

DPAC Distúrbio Do Processamento Auditivo Central

NAPNE Núcleo de apoio às pessoas com necessidades específicas

AEE Atendimento Educacional Especializado

LIBRAS Língua Brasileiras de Sinais

Sumário

Apresentação	9
Considerações iniciais	10
1 Um histórico sobre a inclusão no mundo e no Brasil	11
2 Sentido da Inclusão	15
2.1 Deficiência Visual (DV)	19
2.2 Deficiência Auditiva (DA)	25
2.3 Distúrbio do Processamento Auditivo Central (DPAC)	31
2.4 Déficit de Atenção (TDAH)	32
2.5 Autismo e Asperger	35
2.6 Lesão Cerebral	40
3 Dificuldades de Aprendizagem	44
Considerações finais	49
Referências	51

Apresentação

Este material, denominado “Orientações para o Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas Inclusivas”, nasceu da necessidade de orientação pedagógica aos professores do Instituto Federal de Brasília, acerca das adequações pedagógicas necessárias para a inclusão dos estudantes com necessidades específicas.

Ancorada na Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Às instituições escolares, cabe promover o acesso e a permanência dos estudantes respeitando as suas singularidades, contando com a parceria das famílias. Vale lembrar que para promover a inclusão é preciso que as práticas pedagógicas sejam, predominantemente, adequadas, ajustadas, adaptadas e planejadas de acordo com as necessidades dos estudantes, tendo como ponto de partida seus conhecimentos prévios.

Para favorecer a aprendizagem dos alunos são necessários alguns ajustes pedagógicos que envolvem a flexibilização curricular e metodológica em relação à transposição didática, a oferta de recursos pedagógicos adaptados em ambiente com diversidade de equipamentos e instrumentos e o uso de critérios de avaliação específicos em relação ao perfil do aluno, seu ritmo de aquisição de conhecimento e produção de tarefas.

Considerações iniciais

No contexto da educação profissional, algumas necessidades podem ser identificadas no que se refere à adequação curricular para atender à diversidade e às necessidades especiais dos estudantes. Muitas vezes, o estudante não consegue entender a proposta de uma atividade pedagógica e o objetivo de aprendizagem por não se adequar à sua realidade e estilo. Os docentes precisam de formação para realizar as adequações curriculares necessárias. A proposta destas “Orientações para o Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas Inclusivas” é indicar ações para minimizar os desafios para a aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas. Além disso, este documento objetiva orientar o/a docente a desenvolver a flexibilização curricular que inclui a utilização de estratégias, de recursos pedagógicos e de instrumentos de avaliação compatíveis com os perfis do alunado, para o favorecimento e concretização da aprendizagem e, conseqüentemente, da permanência e êxito no curso. Iniciamos realizando um percurso histórico da discussão em torno da inclusão.



1

**Um histórico
sobre a inclusão
no mundo e
no Brasil**

BRUNO MAGALHÃES

As políticas públicas se constituem como um aporte robusto na implementação de práticas inclusivas em diferentes espaços sociais. Um exemplo é a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) feita na Tailândia como molde de mobilização de diferentes nações para a inclusão. Esta Declaração é um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem, vinculando a parceria entre diferentes países, além de propor a melhora da qualidade de vida, o fortalecimento do aprendizado continuado e a concretização da aprendizagem.

Outros documentos se propuseram ao mesmo desafio, como: a Declaração de Salamanca a 1994, a Declaração de Montreal em 2001, a Declaração da Guatemala em 2001 e o Relatório Mundial de Inclusão em 2012.

Influenciado por estas iniciativas internacionais, o Brasil elabora, em 1994, a Política Nacional de Educação Especial, que determina orientação para que o atendimento de alunos com deficiência ocorra em espaços especializados. A norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas foi criada em sua primeira versão em 1994, atualizada em 2020, e estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, além de edificações quanto às condições de acessibilidade.

Em 2015, quando a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146, reconhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi publicada, promoveu-se o empoderamento e o respeito à cidadania integral aos indivíduos com deficiência. Além disso, a LBI prescreve os recursos multifuncionais, a formação continuada de professores e a inclusão de novas categorias profissionais nas escolas,

como: psicopedagogos, AEE, LEDORES e assistentes sociais, dentre outros. Isso revela uma preocupação social importante e eleva o compromisso dos educadores dentro das instituições educativas formais, no caso, as escolas.

Mais atentos ao movimento mundial de inclusão, pesquisadores brasileiros agudizaram pesquisas na área de inclusão. Citando por exemplo, a professora Maria Teresa Mantoan (UNICAMP), Carla Vilaronga (UFSC), Andréa Sonza Poletto (IFRS), Sinara Pollom Zardo (UNB) que contribuem para as áreas de formação continuada, a partir de tecnologias assistivas, com produção de material didático inclusivo, respeitando-se os Direitos Humanos. Tais pesquisas buscam desenvolver maneiras da inclusão pedagógica, em que o aluno possa, em sua trajetória de formação, perceber-se protagonista no alcance do conhecimento, independente da deficiência que ele apresentar.

A educação para todos envolve cada uma das modalidades do sistema educacional, público ou privado. Afinal, a inclusão se constitui como um caminho sem volta. A questão pode ser evidenciada na demonstração do Censo 2022 que aponta que o ingresso de matrículas de alunos com deficiência está cada vez maior em diferentes níveis de ensino. No Ensino Médio, o aumento de matrículas de 2010 a 2022 evoluiu em 633,48%, restando somente a taxa de permanência ficar mais ampliada, permitindo o alcance da certificação e/ou de finalização dos cursos (BRASIL, 2023).

Resta o desafio de saber o que fazer para promover a permanência de alunos com deficiências. Sasaki (1997) ressalta o poder interventivo da inclusão como estratégia de acolhimento, atendimento e respeito pela singularidade de cada aluno. “A inclusão é

o processo pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais” (SASSAKI, 1997, p. 3). Nessa perspectiva, o autor afirma que a escola se adapta, cria meios para subsidiar uma proposta que atenda às necessidades do seu aluno, assim como prepara o professor para receber a demanda social.

Avançamos, a seguir, com a reflexão sobre o sentido da inclusão.



2

Sentido da Inclusão

O currículo inclusivo, na percepção de Sonza, Salton e Apol (2018), abarca a diversidade e a singularidade de cada um; é concebido como a oportunidade de o aluno identificar como consegue realizar as atividades e quais as dificuldades ele enfrenta.

A seguir, os primeiros dez passos para a implantação de um currículo inclusivo:

- Promoção de mudanças na estrutura física das salas de aula para que se tornem ambientes de produção em colaboração.
- Introdução de metodologia alternativa em relação a atividades (projetos, pesquisas, estudos de caso, seminários), a recursos para exposição de conteúdos como uso de vídeos, videoconferências, *podcasts* e slides de *PowerPoint*.
- Alteração no grau de complexidade das tarefas e questões (simples, medianas e desafiadoras), atribuindo gradação progressivamente, de forma a estimular a iniciativa do aluno de ir completando as atividades, independentemente do tipo de questão, seja discursiva ou objetiva; respeitando a necessidade de flexibilizá-las para o tempo necessário e compatível com o perfil do aluno.
- Adoção de critérios específicos de avaliação, baseados na avaliação do ponto em que o aluno se encontra no momento, observando conquistas no tocante às suas potencialidades e competências, tendo assim a possibilidade de aplicar elogios e reforços para estimulação.
- Desconstrução da imagem de provas bimestrais e somativas, adoção da avaliação contínua, processual e sistematizada para cada aluno com deficiência, sempre a partir do ritmo individual de aquisição de conhecimento.

- Inclusão de atividades avaliativas orais ou escritas, permitindo a escolha do aluno, a partir de sua maior potencialidade e preferência.
- A colaboração com os colegas é bem recomendada como estratégia de aprendizagem: o envolvimento da turma potencializa a construção coletiva e o acolhimento ao aluno deficiente, permitindo a incorporação de novos comportamentos e habilidades.
- Exposição de conteúdos básicos de cada disciplina, em pequenas doses até que se possa passar para o grau mais complexo de conhecimento; centrada na noção de currículo em espiral, que parte do item mais simples para novas inserções até que se complete a espiral que finaliza na aplicação do conhecimento ou resolução de problemas. Os conteúdos são iguais aos oferecidos aos demais alunos, no entanto de maneira mais simplificada, detalhada e exemplificada até permitir a compreensão e aquisição.
- Adoção do Planejamento Educacional Individualizado, em parceria com o professor de Educação Especial - o AEE, em parceria com os professores titulares e familiares ou responsáveis pelos alunos com deficiência. De modo geral, tais orientações devem ser aplicadas a todos os estudantes que exijam algum tipo de adequação pedagógica, para que se alcancem os conhecimentos previstos no currículo da disciplina e do curso que eles realizam.
- Adoção de Tecnologias assistivas, em todos os computadores utilizados por alunos com específicos estilos de aprendizagem.

Um olhar sobre as tecnologias assistivas

As tecnologias assistivas surgiram em 1988 nos EUA e foram conceituadas pela Lei Brasileira de Inclusão, citada no início desse livreto, como:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visam a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. São considerados recursos que visam facilitar o desenvolvimento de atividades diárias, escolares e laborais de pessoas com deficiências, aumentam a capacidade funcional, a emancipação e autonomia de seus usuários. (BRASIL, 2015).

A seguir estão informações importantes para a compreensão das adequações para algumas necessidades específicas.

- Deficiência visual.
- Deficiência auditiva.
- Déficit de Atenção.
- Dificuldades de aprendizagem.
- Autismo e asperger.
- Lesão cerebral.

2.1 Deficiência Visual (DV)

Este documento tratará agora da deficiência visual, sua etiologia, características, estatísticas e trará, ao final, algumas orientações pedagógicas que visam facilitar o acesso ao conhecimento no ambiente escolar. A deficiência visual se caracteriza pela perda parcial ou total da visão temporária ou definitivamente.

Destacamos alguns sintomas podem indicar uma deficiência visual:

- I Alunos que se queixam de dor de cabeça continuamente.
- II Olhos sendo esfregados.
- III Olhos avermelhados e lacrimejantes.
- IV Presença do nistagmo – movimento involuntário dos olhos, tremor.
- V Olhos piscando frequentemente.
- VI Quedas continuadas.
- VII Aproximação robusta para leitura.
- VIII Diplopia – visão dupla.
- IX Dificuldade para seguir objetos em movimento.
- X Alunos que perdem a sequência de uma linha para outra.

São indicadas algumas recomendações gerais para alunos com baixa visão ou cegueira em sala de aula:

- Estimular o compartilhamento de experiências e a colaboração na produção de tarefas entre os alunos.
- Usar audiolivros.
- Usar avisos em Braille.

- Utilizar Impressora 3D para uso em aulas de artes e demais itens materiais que possam concretizar a aprendizagem por meio do tato e da manipulação.
- Evitar mudanças de mobiliário e de sala para evitar os dos acidentes.
- Orientar as famílias acerca dos comportamentos suspeitos de DV.
- Solicitar avaliação médica periódica da criança com DV, sobre adoção e uso de óculos ou não.
- Atentar para a posição do aluno na sala, pois alguns requerem sentar nas primeiras cadeiras.
- Escutar o aluno em suas necessidades, permitindo a expansão do diálogo.
- Algumas vezes é oportuno aumentar o tamanho das letras dos textos para 14, 16 ou 18.
- Partir dos resíduos visuais, estimulando o empenho do aluno na leitura.
- Explorar os sentidos remanescentes: o tato, a audição, o paladar e o olfato.
- Iniciar o uso de Braille se obtiver ciência de uso cotidiano ou de escola anterior.
- Explorar as pistas sonoras ou táteis.
- Incentivar outros educadores a criarem jogos sonoros no caso de alunos com baixa visão.
- Verificar se existe anamnese do aluno na Secretaria Geral para se apropriar de informações relevantes acerca das necessidades dos alunos.

- Solicitar apoio da Orientação Educacional para entrevista com a família acerca dos hábitos que envolvam a leitura em casa.
- Verificar a existência de recursos pedagógicos inclusivos para DV na escola.
- Solicitar informações acerca do atendimento extraescolar que o aluno frequente.
- Verificar a existência de laudo sobre acuidade visual.
- Verificar se o aluno faz uso de medicamentos especiais.
- Monitorar o desempenho do aluno, por meio da análise de competências, em termos cognitivos, pessoais, sociais.
- Levantar os conhecimentos prévios para o planejamento de atividades específicas para o estudante.
- Usar a linguagem simplificada, como prevista no Plain Language em 1940 por profissionais da área de Comunicação que inclui o uso do vocabulário simples, a redução das palavras regionais, frases na ordem direta, textos com fundo branco para provocar contraste, uso de tópicos em enumeração, inserção de ícones e avatares.
- Utilizar textos para destaque, o negrito ou letras coloridas maiúsculas e, por fim, paragrafação de até 3 linhas.
- Permitir que o aluno opte por efetuar trabalhos de maneira individualizada, fazendo escolhas de parceria poucas vezes. Lembrando que essas escolhas espontâneas são bem importantes e são consideradas sociabilidades.

Seguem adequações necessárias para os espaços utilizados pelos alunos com problemas de visão:

- Promover segurança na estrutura física das salas de aula, utilizando piso antiderrapante, além de evitar o uso de móveis pontiagudos.
- Orientações em Braille nos murais.
- Manter o mobiliário de sala sempre na mesma posição para evitar acidentes.
- A orientação espacial é bem determinante para o aluno com deficiência visual, por vezes, a colocação de fones de ouvido e pisos táteis nos ambientes podem trazer certa familiaridade e segurança.

O vídeo ['Jovens deficientes dão aula de superação'](#), disponível no Youtube, é importante para aprofundamento.

São considerados recursos materiais inclusivos para baixa visão:

- Lupas individuais.
- Iluminação mais forte na sala para leitura da lousa.
- Computadores com telas ampliadas.
- Textos com letras ampliadas.
- Uso de contrastes nas cores – fundo e texto.
- Pautas espaçadas nas folhas para auxiliar na sequência da escrita.
- Prancha de plano inclinado.
- Tiposcópio que é uma régua linear para conduzir a leitura.
- Máquina de escrita em Braille.

- Globo tátil.
- Etiquetador em Braille.
- Jogos em Braille.
- Bola com guizo.

São direitos de alunos com deficiência visual:

- Direito de acesso ao currículo integral do nível de ensino.
- Preparação da equipe de educadores para cada tipo de aluno.
- Observação com o aluno com deficiência visual para disponibilização de apoio de um mediador para produção das tarefas escolares e acadêmicas.
- Comunicação com equipe técnico-pedagógica da escola para acompanhamento de cada caso.
- Contato com profissional de atendimento educacional especializado para verificação de uso de um Plano Educacional Especializado.
- Busca pelo envolvimento da família na parceria pelo acompanhamento do caso.
- Necessidade de colocar o aluno ciente desta adequação que está sendo implantada.

Exemplos de tecnologias assistivas para deficientes visuais:

- Lupa eletrônica, o LENTE PRO, um programa que amplia as telas e atende aos indivíduos com baixa visão, produzido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Programa MAGIC proporciona a ampliação visual das telas.

- Impressoras a partir do sistema Braille, que contribuem para a inclusão de alunos com deficiência visual. Estas impressoras utilizam calor e vácuo para produzir o relevo necessário ao objeto.
- BRAILLE FALADO utiliza um teclado de seis pontos para inserção de dados e saída por um sintetizador de voz.
- BRAILLE LITE pode ser acoplado a um computador para posterior transferência de arquivos.
- DOSVOX pode ser baixado pela internet gratuitamente; comunica-se com o usuário por meio de uma síntese de voz, apresenta alternativa para ampliar as telas. Foi desenvolvido na UFRJ, adapta-se ao sistema operacional Windows. E ainda apresenta versões como o AGENDA VOX, CALCVOX (calculadora), CARTA-VOX (correio eletrônico), EDIVOX (para edição de textos), IMPRIVOX, além de jogos educativos.
- JAWS, que é um software leitor de tela, compatível com o sistema operacional WINDOWS e seus aplicativos.
- SCANNER DE MESA que promove a transferência de textos impressos em Braille para os computadores. Texto é lido por sintetizador de voz.
- VIRTUAL VISION, que é um sistema comercializado pela empresa *Micropower* em SP, é um leitor de tela para o ambiente Windows.
- ORCA que é um leitor de telas que permite acesso ao sistema LINUX. Deve ser usado com fone de ouvido.

2.2 Deficiência Auditiva (DA)

A deficiência auditiva consiste na perda da capacidade de ouvir, já a surdez é a ausência total da audição. A adaptação curricular para estudantes surdos sinalizadores pode ser facilitada após a leitura de algumas considerações e recomendações, presentes neste tópico.

Soares (1999) realizou um resumo do percurso da pesquisa e suas descobertas sobre a deficiência auditiva.

- Em 1756, na França, registra-se a ação do Padre Abbé de L'Épée no atendimento de crianças com surdez, sendo criada enfim, a escola especial.
- No Brasil, em 1856, o Instituto dos Surdos-mudos foi criado, depois sendo chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos.
- Em São Paulo, foi criado em 1929 o Instituto Santa Terezinha e em Recife o Instituto Domingos Sávio.
- Em 1954, a Escola Concórdia deu continuidade ao trabalho de inclusão e a partir da década de 50 houve expansão dessa iniciativa para outros estados.
- O ingresso do ensino de LIBRAS para alunos com surdez, ao mesmo tempo que o de Língua Portuguesa se chama bilinguismo. Há uma indicação de leitura, de obra publicada em 2018, chamada '**Em Mãos, Português como Segunda Língua**'. Além desta, existem as autoras que são consideradas especialistas em Deficiência Auditiva, sendo elas: Donatella Camozzato, Ma-

ria da Graça Casa Nova, Suzana Silva Zaffari e Tatiane Folchini dos Reis.

- Em 2005, foi publicado o Decreto 5626 que regulamentou a Lei de criação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, criada inicialmente em 2002.
- Os sistemas linguísticos diversificados passaram a ser implantados progressivamente nas escolas inclusivas.
- A linguagem gestual, a LIBRAS, foi vista como um marco divisorio na inclusão dos indivíduos com Deficiência Auditiva e a adoção em escolas regulares tem se tornado progressiva.

**ALFABETO
MANUAL**

Link para download do Alfabeto Manual em alta resolução : www.libras.com.br/alfabeto-manual

				
			A	B
				
C	Ç	D	E	F
				
G	H	I	J	K
				
L	M	N	O	P
				
Q	R	S	T	U
				
V	W	X	Y	Z

Padrões de deficiência auditiva:

- **LEVE** – perda de audição de até 40 decibéis. Esta perda torna, em parte, a compreensão da linguagem, muitas vezes gerando a dispersão.
- **MODERADA** – perda de audição entre 40 e 70 decibéis. O indivíduo só compreende quando o interlocutor fala bem alto.
- **SEVERA** – perda auditiva compreendida entre 70 e 90 decibéis. O indivíduo demora para falar, tendo início aos 4 ou 5 anos de idade.
- **PROFUNDA** – perda superior a 90 decibéis. O indivíduo nasce balbuciando e aos poucos se cala, pois perde o estímulo auditivo.

Para poder potencializar a audição são utilizados alguns recursos e equipamentos:

- O uso de aparelho de amplificação sonora individual – AASI destina-se à surdez leve e moderada.
- O uso de Implante coclear, sob a pele e detrás da orelha, destina-se à surdez severa ou profunda.

Etiologia da Deficiência Auditiva

Congênitas:

- Incompatibilidade Sanguínea.
- Doenças Infectocontagiosas, como a Rubéola.
- Doenças Viróticas, como Herpes Toxoplasmose, Dengue.
- Doenças Bacterianas, Sífilis, Cólera E Febre Maculosa.
- Remédios Ototóxicos.
- Desnutrição, Radiação, Hipertensão, Diabetes.

Perinatais:

- Anóxia.
- Fórceps.
- Infecção Hospitalar.

Adquiridas:

- Meningite.
- Acidentes.
- Exposição a sons muito altos.
- Traumatismos Cranianos.
- Medicamentos Ototóxicos.

A pessoa com deficiência auditiva parcial ou total necessita ter os outros sentidos sensoriais, como visual e expressivo, explorados durante o processo de aprendizagem. Dessa forma, para realizar a adequação curricular de material pedagógico para o público com perda auditiva, é necessário adequar o material para a linguagem mais imagética, que explore a visualidade. É importante

traduzir os conteúdos para a Língua de Sinais – LIBRAS e isso pode ser feito com a ajuda do Intérprete de Libras. Além disso, é necessária a utilização de vídeos/murais, placas de sinalização, conteúdo a partir de imagens, com legendas em Libras e em Língua Portuguesa. Ao trabalhar com o bilinguismo, a legenda em LP e Libras, o estudante com surdez total ou parcial será capaz de estabelecer relações e construir sentidos para o que lê.

Apresentamos aqui algumas ações que podem ser exploradas para os estudantes com deficiência auditiva:

Tecnologias assistivas para Deficiência Auditiva

- **OBS STUDIO**, software livre, compatível com Windows, Mac e Linux, que fornece legendas automaticamente para surdos.
- **WEBCAPTIONER**, transcrição por meio de legendas.
- **FALIBRAS**, que traduz da língua portuguesa para Língua Brasileira de Sinais, tradução em tempo real.
- **HAND TALK**, um aplicativo para celulares, cujo avatar se chama Hugo.

Algumas orientações para promover a inclusão dos DA

- Utilizar mapas mentais.
- Inserir legenda automática e verificar se ela está de acordo com o conteúdo.
- Reproduzir os conteúdos em forma de imagem.
- Criar um ambiente em que seja possível o bilinguismo.
- Apresentar cursos de LIBRAS para todos os docentes da unidade.
- Cobrar um dia de uso da LIBRAS para treinamento.

- Utilizar murais com as imagens das mãos estáticas e em movimento, tendo ao lado a imagem com significado.
- Marcar uma Roda de Conversa com pais sobre as medidas de adoção tomadas.
- Observar se nas bibliotecas constam do acervo livros em Braille.
- Fazer a ponte entre o conhecimento prévio e o novo.
- Trabalhar em cima do que interessa ao aluno.
- Desenvolver habilidades artísticas.
- Verificar hobbies entre os alunos para aproximações.
- Verificar jogos de preferência do aluno.
- Sondar habilidades motoras de construção de objetos.
- Explorar habilidade com o Origami.
- Evitar figuras de linguagem.
- Utilizar o sentido denotativo das palavras.
- Falar de forma clara e em tom normal para o aluno com DA.
- Falar para o aluno poder observar sua articulação labial.
- Valorizar a expressão facial e corporal do aluno enquanto dialoga.
- Fazer uso de vocabulário compreensível para a faixa etária e escolar.
- Abusar dos gráficos, tabelas, legendas, mapas.
- Fixar murais para recados e aviso.
- Deixar textos impressos à disposição dos alunos.
- Respeitar o tempo de leituras das legendas.

2.3 Distúrbio do Processamento Auditivo Central (DPAC)

O Distúrbio do processamento Auditivo Central caracteriza-se pela dificuldade de processamento do sistema auditivo para o cognitivo. Neste distúrbio, o sistema auditivo, periférico de tímpano, ossículo, cóclea e nervo auditivo estão intactos.

No entanto, algumas vezes o aluno promove troca de letras como: P/B, F/V, C/G. Outros alunos são dispersivos, inquietos e apresentam dificuldade de compreensão da abstração.

Recomendações:

- Realizar exame auditivo a partir dos 7 anos, por meio de investigação mais detalhada do que acuidade auditiva.
- Realizar treinamento auditivo, inclusive por meio de jogos.
- Orientar que os alunos sentem nas carteiras mais à frente na sala de aula.
- Orientar aos professores que falem de frente para o aluno.
- Orientar que a prova seja lida para a compreensão de enunciados por LEDORES.

2.4 Déficit de Atenção (TDAH)

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH consiste em um distúrbio neurobiológico de causas genéticas caracterizado pela **falta de atenção, pela inquietação e por impulsividade**. O TDAH costuma aparecer na infância e pode acompanhar a pessoa por toda vida.

O que é preciso realizar pedagogicamente para a adequação curricular? Os trabalhos da equipe pedagógica escolar (psicólogos e orientadores educacionais) e do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE são importantes e necessários no sentido de realizar a *anamnese* e constituir o histórico do estudante.

O trabalho de adequação curricular, nesse caso, precisa ser construído pelos Núcleos a partir do Plano Educacional Individualizado, porque cada estudante vai precisar de um encaminhamento a depender da singularidade para aprender.

Os alunos com TDAH precisam de estímulo para organização de estudos para estabelecer um cronograma de tarefas avaliativas. É preciso ainda sensibilizá-los para a necessidade de se realizarem as atividades em lugar silencioso (sem TV ligada, som alto, celular).

Para evitar a dispersão, é necessário criar o hábito de registrar as atividades em agenda e construir tópicos dos conteúdos já aprendidos no caderno, no mural ou em qualquer recurso acessível ao estudante. Os alunos com TDAH têm restrição perceptiva e demandam um acompanhamento com frases de reforço positivo ao demonstrarem desenvolvimento e progresso nos estudos e de-

dicação na organização. Isso pode promover a autoestima destes indivíduos e estimulá-los à realização das atividades pedagógicas.

As avaliações devem ser adaptadas e podem ser acompanhadas de ledores. Por vezes, pode ser oportuno que o estudante tenha atendimento psicopedagógico no contraturno, pois nem todos os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE apresentam Sala de Recursos e profissionais para Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Recomendações pedagógicas para evitar que os alunos se dispersem no momento do estudo e/ou organização de tarefas:

- Orientar o aluno a utilizar um cronograma de atividades e tarefas avaliativas.
- Indicar ao aluno que não deixe ruídos musicais ou de TV ligados durante a produção das tarefas escolares.
- Apresentar textos que caibam em uma só página, evitando a dispersão na leitura ao ter que virar a página.
- Estimular o aluno a destacar com cores diferentes os itens mais importantes/básicos de um texto.
- Individualizar a orientação para o aluno em relação à produção de tarefas. Alunos com TDAH requerem uma atenção especial do docente.
- Evitar utilizar o quadro branco com muitas orientações, desenhos e frases.
- Procurar tornar o processo de aprendizado o mais imagético/visual possível.
- Os enunciados das tarefas precisam ser curtos e objetivos.

- A gravação das aulas pode auxiliar os alunos com esse perfil.
- Assegurar-se que o estudante escutou, interpretou e compreendeu as instruções.
- Importante o professor relembrar os conteúdos anteriores antes da abordagem nova para facilitar os elos entre os temas tratados.
- Priorizar o desenvolvimento individual do estudante com TDAH, tendo por base um Plano Educacional Individualizado, proposto em colaboração por professores e especialistas.
- Valorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- Realizar avaliação oral, quando possível e necessário, como avaliação complementar à escrita.
- Permitir ao estudante fazer suas avaliações em um lugar com menos estímulos comprometedores de sua atenção.

Para saber mais, é importante a navegação a [Associação Brasileira de Déficit de Atenção](#) apresenta eventos, entrevistas com profissionais, além de textos que tratam de resultados de pesquisas sobre o tema.

2.5 Autismo e Asperger

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS, uma em cada 160 crianças, nasce com autismo ou transtorno do espectro autista - TEA. Nos Estados Unidos, um em cada 44 nascimentos, confirma o laudo de TEA; já no Brasil, não há números precisos, o que pode ser percebido com o Censo 2022, acerca de uma cobrança urgente. Há uma previsão de 2 milhões de brasileiros com autismo, porém sabe-se que a prevalência é diferenciada por região do país.

No decorrer do tempo, o autismo já foi tratado como estado de demência, retardo mental, esquizofrenia ou transtorno desintegrativo. Atualmente, entende-se o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento.

Em 1940, o médico psiquiatra Leo Kanner, a partir de casos de psicose infantil estudados na Universidade Johns Hopkins nos EUA descreveu o autismo como uma entidade nosológica (parte da medicina que estuda as doenças). Um ano depois, Hans Asperger descreveu o autismo como um transtorno comunicacional pelo uso incompleto da linguagem oral, com predominância no sexo masculino, sendo possível de ser detectado nos primeiros anos de infância.

Nos últimos anos, diversos tratamentos foram considerados com o apoio de diferentes especialidades da Medicina, como neurologistas para controle das convulsões, tratamentos psicoterápicos e uso de medicamentos psiquiátricos para controle dos comportamentos agressivos.

A etiologia do autismo é inconclusiva, levantando-se a possibilidade de multifatorial. Atribuiu-se inicialmente à genética, para,

logo em seguida, vincular-se ao ambiente familiar inicial, por vezes, impactado pelo laudo, gera certo afastamento das expressões de afeto pelo fato de os pais suporem inconsistentemente que os filhos não apreciem a proximidade de corpos e demonstração de vínculos mais expressivos.

Mesmo reconhecendo as singularidades do TEA, é possível identificar comportamentos mais frequentes: padrões repetitivos de comportamento (estereotípias); hiperfoco continuado em determinadas objetos de interesse; valorização das rotinas (indicando que as mudanças causam transtorno e ameaça); irritabilidade em situação ruidosa e preferência acentuada por atividades individualizadas.

Para poder situar um exemplo de singularidade vivenciada em escola pública no Distrito Federal, registra-se uma evidência com aluno autista de 17 anos que não evitava o olhar ao dialogar com seu interlocutor. Habitualmente as conversas com ele eram monossilábicas e com poucas expressões faciais. No entanto, esse aluno, talvez já familiarizado com as pedagogas, passou a agir de forma espontânea e, por vezes, com expressões de abraço após atendimento com monitoria escolar.

Marcos Legais importantes sobre TEA e demais deficiências

A partir da Lei nº 12.764 de 2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a pessoa com TEA passou a ser considerada com deficiência para fins legais. Essa Política de Proteção tem como uma de suas diretrizes a garantia do acesso à educação e ao ensino profissio-

nalizante, além do incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como aos pais e responsáveis.

O documento *Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde*, produzido pelo Ministério da Saúde (MEC) em 2015, aponta as tecnologias de cuidados, constituídas pelas respectivas abordagens, métodos e bases filosóficas, conforme segue abaixo:

- Tratamento Clínico de Base Psicanalítica.
- Análise do Comportamento Aplicada (ABA – tradução do termo em inglês Applied Behavior Analysis).
- Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA).
- Integração Sensorial.
- Tratamento e Educação para Crianças com Transtornos do Espectro do Autismo (TEACCH).
- Tratamento Medicamentoso, entre outros.

Foi sancionada, em 8 de janeiro de 2020, a Lei 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion, cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

A Lei n. 14.126/2021, que entrou em vigor em março de 2021, caracterizou a visão monocular como uma deficiência sensorial, de categoria visual. Antes dessa data, o INSS não considerava a visão monocular como uma deficiência, mas a Justiça tinha uma opinião diferente. Agora ambos têm o mesmo entendimento.

A *Lei 14.254/21*, publicada em 30 de novembro, no Diário Oficial da União, tem origem no Projeto de Lei 7081/10, do ex-senador Ger-

son Camata (ES), já falecido, aprovado pela Câmara dos Deputados em 2018. A norma estabelece que as escolas da rede pública e privada devem garantir acompanhamento específico, direcionado à dificuldade e da forma mais precoce possível, aos estudantes com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam instabilidade na atenção ou alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Algumas recomendações pedagógicas:

- Tomar conhecimento da *anamnese* do aluno que descreve experiências familiares, médicas, escolares, de clínicas em que obtiveram acompanhamento, uso de medicamentos controlados, estados de humor, se necessitam de acompanhamento sistemático ou eventual, etc. É necessária a busca imediata de apoio da equipe técnico-pedagógica da instituição, além da solicitação de laudos anteriores que descrevem a dinâmica individual do aluno.
- Indicar na chegada do aluno o que vai ser tratado, por meio de uma tábua de comunicação, com imagens em sequência das rotinas do dia.
- Quando perceber a inflexibilidade na função executiva do aluno (preparar-se para fazer algo), sensibilize-o para a atividade sem opressão, cedendo se for possível ao interesse dele.
- Observar a integração progressiva do aluno com os demais colegas. O aluno com autismo fará as próprias escolhas, por meio das sociabilidades espontâneas.
- Observar os recursos comunicacionais do aluno por meio de seus gestos, palavras, expressões corporais, tom de voz e dis-

posição. Por vezes, poderão não responder ao estímulo ou não seguir orientações, necessitando de comandos simples, diretos, sempre com tom de voz calmo e lento. Alguns alunos costumam repetir o que ouvem (ecolalia) sem nítida intenção de funcionalidade.

- Observar o que o indivíduo aprecia e faz por iniciativa própria, parte desse resquício para chegar a novas conquistas. Permitir que o aluno se envolva em uma única tarefa por algum tempo, demonstrando acolhimento ao perfil. Isso poderá gerar confiança e vínculo afetivo com o professor.
- Promover a inclusão curricular. O conteúdo escolar a ser apreendido pelo aluno deve ser o mesmo que integra a matriz curricular da série, dentro do tempo de apreensão, da estratégia mais oportuna, do recurso pedagógico inclusivo e do critério avaliativo. O desempenho do aluno com autismo não pode ser comparado com o de nenhum outro colega.
- Flexibilizar alguns itens como a adequação do tempo de execução de tarefas, a leitura das questões da prova e seus enunciados, dando oportunidade do processamento da informação e interpretação. Essa flexibilidade é fundamental para a inclusão desse tipo de aluno. Destaca-se que o contato e articulação com os especialistas da escola é determinante para o desenvolvimento do aluno.

2.6 Lesão Cerebral

A Associação Brasileira de Paralisia Cerebral – ABPC apresenta o conceito de paralisia cerebral como um grupo de desordens no movimento, na percepção, na cognição, na mobilidade, na comunicação, gerando limitações nas atividades diárias. Estima-se que cerca de 17 milhões de pessoas no mundo possam ter lesões cerebrais definitivas.

Lesões cerebrais podem ter caráter congênito ou adquirido (por meio de traumas ou acidentes), no entanto suas repercussões podem ser diferenciadas por sistemas orgânicos e em relação à duração. Algumas instituições no Brasil trabalham para a reabilitação funcional, estimulando e exercitando o indivíduo para sua rotina diária de cuidados. Estão entre elas:

- A Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação detalha a oferta de atendimento, desde 1954, criada a partir da pandemia de poliomielite.
- A Rede Sarah oferece hospitais de Reabilitação, vinculados à Associação das Pioneiras Sociais, indica as alternativas de atendimento desde 1960. Atualmente existem nove unidades espalhadas pelo país.
- A Associação de Assistência à Criança Deficiente foi criada em 1950 por um médico ortopedista, sensibilizado pelas sequelas deixadas pela poliomielite, Dr. Renato Bonfim. A Associação é distribuída em nove cidades brasileiras.

Algumas áreas de apoio são fundamentais para a reabilitação do lesado cerebral, destacamos as seguintes:

- Fonoaudiologia.
- Psicopedagogia.
- Educação Física adaptada.
- Terapia Ocupacional.
- Fisioterapia.

Como exemplo de reabilitações por meio dos esportes, existe ainda o documento com título *Futebol na Paralisia Cerebral de Ivaldo Vieira*, Cláudio Nogueira e José Gorla, de 2020.

Recomendações ao professor para adequação pedagógicas para estudantes com lesões físicas

- Orientar os alunos no sentido de acolher e compreender as limitações físicas dos colegas com deficiência.
- Conhecer os diferentes meios de comunicação e de aprendizado do aluno e verificar os recursos necessários para a aprendizagem.
- Informar-se sobre as características de cada um dos alunos localizando as potencialidades, necessidades e interesses.
- Realizar planejamentos individualizados que estabelecem a flexibilização necessária para o uso de recursos e estratégias adaptadas ao ritmo individual de cada aluno.
- Orientar outros educadores quanto aos cuidados e o uso do aparelho ortopédico, órteses ou próteses adaptativas para facilitar a rotina, familiarização e adaptação do aluno.

- Alguns recursos simples podem bem facilitar o tato dos alunos em relação aos objetos escolares como por exemplo: presilhas para prender o papel na mesa, engrossamento do lápis para melhor preensão, uso de computador com tecnologias assistivas, teclado colmeia, acionadores de mouse, sintetizadores de voz e ainda outros recursos que o professor puder criar ou produzir com apoio dos especialistas da equipe pedagógica.

São direitos do estudante com Lesão Cerebral

- O estudante com deficiência física deve participar das atividades oferecidas pela escola, em parceria com os outros alunos, desempenhando tarefas de acordo com suas possibilidades.
- Os estudantes que não conseguem utilizar a linguagem de forma articulada podem fazer uso de tábuas de comunicação ou PRANCHA TEMÁTICA, onde os símbolos gráficos facilitam a comunicação.
- No caso de comprometimento do membro superior, as adaptações necessárias estão voltadas para a inclinação da carteira escolar, bordas nas pontas para evitar a queda de objetos ao chão; material emborrachado para ampliação do diâmetro de lápis, canetas, talheres e escovas de dente para melhor apreensão; computador com as devidas adaptações; maçanetas e torneiras com haste para facilitar o manuseio.
- No caso de comprometimento dos membros inferiores são recomendadas as salas de aula preferentemente no andar térreo; rampas ou elevadores de acesso; portas largas, para a passagem de cadeiras de rodas, com abertura de 70 cm; tapetes ou passadeiras de borracha não escorregadia; bebedouro

com baixa altura; banheiro amplo para movimento de giro de cadeira de rodas; barras nas paredes ao lado do vaso sanitário sejam verticais ou horizontais.

Existem vários recursos pedagógicos assistivos para adultos com computador, no entanto, nessa produção textual, não é permitido indicar soluções tecnológicas por risco de propaganda de empresas. Os sites de buscadores podem auxiliar.

Destaca-se como necessária a interlocução do professor com a equipe técnico pedagógica dos Núcleos de Atendimento a Alunos com Necessidades Específicas - NAPNE, presentes em toda a Rede de Educação Profissional e Tecnológica, em busca do melhor suporte para mediação entre o aluno e o conhecimento. Além disso, é preciso manter a aproximação com as famílias e demais profissionais que já fazem o acompanhamento do aluno adulto, no contraturno. Esse trabalho paralelo permite o monitoramento do desempenho do aluno no processo educacional, captando os estágios do desenvolvimento.



3

Dificuldades de Aprendizagem

As chamadas dificuldades de aprendizagem são detectadas nas primeiras séries escolares e, se não forem atendidas em suas especificidades, poderão permanecer até a idade adulta; estão dentre elas a dislexia (troca, inversão ou omissão de letras na escrita), a dislalia (distúrbio na fala por meio da troca de fonemas), a disortografia (quando há separação indevida de palavras, dificuldade no uso da pontuação ou troca de letras), a disgrafia (distúrbio que se relaciona a alguma inabilidade com a linguagem na escrita, as letras são mal desenhadas não permitindo a compreensão) e a discalculia (quando o aluno não compreende o enunciado do problema, não compreende sequências lógicas).

É importante realizar ações para se promover uma adequação curricular compatível para esses casos. Primeiro, é necessária a avaliação psicopedagógica para que sejam localizadas as causas. A partir dessa avaliação, é importante adequar o material com base nas especificidades, considerando as causas da dificuldade. Caso o estudante tenha dislexia, por exemplo, é preciso trabalhar com material sonoro e visual a depender do nível da dificuldade apresentada.

A construção de esquemas ou roteiros visuais e a reescrita como cópia para fixar o acerto são importantes para fixação do conhecimento. É preciso partir da singularidade do estudante, além do atendimento psicopedagógico individualizado e continuado.

A origem das dificuldades de aprendizagem é multifatorial. Podem existir questões emocionais envolvidas, como a ansiedade por exemplo; questões ambientais e pedagógicas como a transposição didática utilizada pelo professor, assim como o critério de avaliação; o não apoio individualizado no contraturno deixando

o aluno sem acompanhamento específico pode contribuir para a complexidade da dificuldade de aprendizagem.

Recomendações para minimizar a repercussão das dificuldades de aprendizagem:

- Na **discalculia** é preciso promover exercitação em relação às atividades que lidam diretamente com os números; associar os comandos às ações matemáticas; orientar alunos a observarem a área de Matemática como conhecimento definitivo para a vida pessoal e profissional, reduzindo a ansiedade em relação às tarefas avaliativas assim como os problemas apresentados; utilizar a leitura oral para demonstrar os cálculos.
- Na **disgrafia** é necessário o foco na leitura e cópia de textos para auxiliar no registro correto das palavras; o cuidado com a escrita pode ser aliado à noção de que a comunicação se efetiva por meio de uma clareza visual na escrita; permitir um tempo maior para produção escrita pode ser utilizado; solicitar revisão de material textual cuidadosa pelo próprio aluno; permitir que o aluno tire fotos do que foi escrito na lousa ou quadro branco para melhor registro e evitar a pressa na cópia; incentivar a produção de texto por meio do computador, onde a correção pode ser mais rápida; na produção manuscrita, poderá ser usada certa inclinação no caderno.
- Na **dislexia**, o professor pode fazer uso da leitura mais lenta para que os alunos observem os comandos mais importantes na elaboração de tarefas, assim como na leitura de questões de prova, caso não haja leitores e profissionais de apoio à disposição na equipe escolar; evitar o uso de linguagem mais

elaborada; utilizar frases curtas e orientações de atividades práticas; uso de linguagem imagética como gráficos, tabelas, fotografias, videoaulas; acompanhar a compreensão e interpretação dos alunos, reforçando-os positivamente com frequência; o professor pode adotar as provas com consulta para que os alunos tenham um tempo de análise antes da produção de respostas; a correção individual poderá oferecer ao aluno uma privilegiada apreensão do conteúdo curricular.

- Na **dislalia**, recomenda-se o apoio técnico de um fonoaudiólogo, para exercitação da língua e lábios. Por meio de um vídeo com duração de 12 minutos é possível contribuir para a compreensão e intervenção necessárias. Para acesso ao vídeo na íntegra, clique [aqui](#).

De maneira geral, nos Núcleos de Atendimento a Alunos com Necessidades Específicas existem acervos de jogos pedagógicos concretos ou virtuais que podem contribuir positivamente para a incorporação de correções das dificuldades de aprendizagem citadas acima. Para adultos, por exemplo, o jogo *Keep talking and nobody explodes* apresenta um desafio que requer “escrita de orientações” para que pessoas sejam salvas da explosão de bombas. O jogo foi desenvolvido em 2015 e se encontra disponível na *web* por meio de aplicativos do *Google Play*. Recomenda-se que os profissionais da equipe do NAPNE providenciem atendimento no contraturno para avaliar o grau de comprometimento, traçar o perfil do aluno, observar suas necessidades e apresentar orientações mais objetivas aos professores, na medida em que não há recei-

tas prontas para casos diferentes que podem exigir flexibilizações específicas.

Parte-se do princípio básico de escuta ao aluno, observação de desempenho, registro de experiências exitosas, expectativas e aptidões para que se possa configurar uma intervenção adequada ao estilo de aprendizagem. Para saber mais, clique [aqui](#).

Considerações finais

O percurso mundial e brasileiro da inclusão de pessoas com deficiência tem o ponto de convergência na década de 90, inúmeros marcos legais edificaram a força do respeito à diversidade, a noção de escola como espaço de constituição de identidades e construção de significados partilhados.

Segundo Oliveira (2021), a preocupação com práticas inclusivas deve ser o compromisso com formação docente e indicação de necessidade de novas pesquisas sobre o rumo da inclusão nas escolas.

Kant (1991) questionava o que seria possível fazer e demonstrar para se constituir num homem solidário e atento ao próximo. Prenciou, assim, o protagonismo de cada um dentro de cada grupo social. Durante décadas, o caráter assistencialista prevaleceu nas instituições educacionais, progressivamente a noção de inclusão assumiu uma vertente de fomento à funcionalidade produtiva das pessoas com deficiência. De forma a viabilizar a formação, o preparo para o exercício laborial, a subsistência e a inclusão social.

Aprende-se, afinal, que se tem, por natureza, códigos genéticos singulares e que precisam ser vistos, como desiguais desde o nascimento, mas muito semelhantes em alguns aspectos, tais quais: o uso da linguagem, os valores, os costumes, as habilidades e as aptidões e necessidades básicas comuns. O que nos permite fazer aproximações, compartilhamentos e colaborações.

Levaremos adiante o que Lima (2006) postula sobre inclusão como processo de transformação continuada, consciente e con-

creta, que requer da ação educativa inclusiva uma intervenção que carregue como postulado a facilitação de acesso, de permanência e conclusão das formações escolares e acadêmicas. O olhar atento dos educadores do IFB trará a necessária adequação pedagógica a cada ser que se aproxime de nossos espaços educacionais, na tessitura de um mundo acessível, respeitoso e acolhedor: um direito para os estudantes e um dever para todos nós: profissionais da educação.

Nessa produção textual, aproveitamos a oportunidade para abriremos espaço para o diálogo, na expectativa de receber devolutivas que possam contribuir para o nosso conhecimento na área de inclusão. Não há pretensão de esgotarmos o tema inclusão pedagógica. Neste texto foram apresentadas recomendações de itens já utilizados em nossas experiências docentes. Podemos garantir que estão eivadas de bons resultados.

Até breve!

Referências

BRASIL. Constituição Federal. Presidência da República, Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 1988.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 4 de 2009. Diretrizes operacionais para o atendimento de Educação Especial na Educação Básica, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Decreto 186/2008. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 6571. DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência. Relatório Mundial sobre a Deficiência, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar, 2022. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em 13 de fev. 2023.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 17. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Lei da Linguagem Brasileira de Sinais. Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, cria o Plano Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.764/2012. Cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, regulamentada pelo Decreto nº 8.368 /2014.

BRASIL. Lei 13.004/2014. Plano Nacional de Educação. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei 8.213 de 24 de julho de 1991. Planos de Benefícios da Previdência Social. Brasília, 1991.

BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409/2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. Programa de Educação Inclusiva: direito à Diversidade, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Técnica e Profissionalizante - Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento de educação especializada. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica nº 19, de 8 de setembro de 2010. Assunto: Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino, 2010.

BRASIL. Programa Escola Acessível. Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. Governo da República (5 de agosto de 2013). Lei nº 12.852. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude -SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, 6 ago. 2013.

BRASIL. Lei nº. 10.845 de 5 de março de 2004. Brasília, Programa de Complementação ao atendimento especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília/DF, 2007.

BRASIL. Portaria normativa nº 9, MEC, de 5 de maio de 2017. Inserir alterações acerca da proporcionalidade de vagas no sistema de cotas dos institutos federais, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Censo Escolar da Educação Básica 2018. MEC/INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Censo+Escolar+da+educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2018+-+Caderno+de+Instru%C3%A7%C3%B5es/be4e0801-5181-4364-934d-bcaff5ce85ea?version=1.2>> Acesso em 7 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Ilustrativo do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html> Acesso em 13 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União: Seção 1, Edição 189, p. 6. Brasília, 2020.

BRASIL. Enfoque para pais e professores. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2014. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/11mDWh9HDpL8MgyOCXL_eh7ordi-2-otnd/view> Acesso em 13 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Nova lei prevê assistência integral a aluno com transtorno de aprendizagem, como dislexia e TDAH. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/833245-nova-lei-preve-assistencia-integral-a-aluno-com-transtorno-de-aprendizagem,-como-dislexia-e-tdah>>. Acesso em 13 fev. 2022.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Editora Nova Cultural, (Coleção Os Pensadores), 1991.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, n. 2, p. 217-250. 1943.

KANNER, L. Os distúrbios do contato afetivo. In P.S. Rocha (Org.), **Autismos** (pp. 111-170). São Paulo: Escuta, 1997.

LIMA, F. J. de. Ética e inclusão: o status da diferença. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (ORG.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar**: eis a questão. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

OLIVEIRA, Leene Martins de. Formação docente e a educação especial inclusiva: [manuscrito] : estudo a partir das publicações da ANPEd (2007-2017). CXCI, 192 f. Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Jataí, 2021. Disponível em: <<http://btd.ufg.edu.br:8080/bitstream/tede/11268/1/Dissertação%20-%20Leene%20Martins%20de%20Oliveira%20-%202021.pdf>> Acesso em 13 fev. 2023.

SALEND, S. **Creating inclusive classrooms: effective and reflective practices** 5. ed. Upper Saddle River, NJ: Merrill/Prentice Hall, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão. Construindo Uma Sociedade Para Todos.* . Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, M.e e MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol.29, n, pp.116-131. 2009.

SOARES, Maria Aparecida leite. *A Educação do Surdo no Brasil.* Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; APOL, A. D. (org.) **Reflexões sobre o currículo inclusivo.** Bento Gonçalves: IFRGS, 2018.

WHITMAN, T. L. **O desenvolvimento do Autismo: Social, Cognitivo, Linguístico, Sensório-motor e Perspectivas Biológicas.** São Paulo. 2015. M. Books do Brasil Editora Ltda, 2015.



INSTITUTO FEDERAL
Brasília

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



ISBN: 978-65-6074-002-0

CIP



9 786560 740020